

Geopolítica do minério de ferro brasileiro no entreguerras*

Gustavo Barros[†]

Trabalho apresentado no XXIII Encontro Nacional de Economia Política
Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 12 a 15 de Junho de 2018

Este trabalho explora as cisões no plano internacional no período entreguerras relativas à exploração das amplas reservas de minério de ferro da região central de Minas Gerais e algumas de suas implicações. Argumento aqui que essa exploração tinha implicações estratégicas potenciais significativas para o equilíbrio de forças entre as potências europeias no âmbito da configuração que se estabeleceu após o Tratado de Versalhes. Que isso tenha ocorrido teve desdobramentos relevantes para os eventos no Brasil, e nos permite compreender tanto a vinda da ARBED ao país para constituir a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, quanto o surgimento de um discurso abertamente antiexportador da parte de algumas figuras de grande expressão política em Minas Gerais.

Palavras-chave: Entreguerras, Geopolítica, Minério de ferro, Siderurgia

Geopolitics of the Brazilian iron ore in the interwar period

This work explores the divergences in the international sphere in the interwar period regarding the exploitation of the large iron ore reserves in the central region of the state of Minas Gerais, Brazil, along with some of their implications. I argue here that this exploitation had significant strategic potential implications to the balance of power among European powers within the configuration established after the Treaty of Versailles. This circumstance unfolded into relevant events in Brazil, and allows us to understand both that ARBED came to the country to create the Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira and the emergence of an openly antiexport discourse from some prominent politicians from Minas Gerais.

Keywords: Interwar period, Geopolitics, Iron ore, Steel-making

*Agradeço a Felipe Loureiro pelas recomendações bibliográficas.

[†]Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFJF. Home page: <https://gustavo.barros.nom.br/>.

Introdução

As possibilidades de exploração econômica das grandes reservas de minério de ferro brasileiras estiveram enredadas em uma série de dificuldades de caráter predominantemente político durante o período que se estende da década de 1910 até o início da de 1940. Em particular, a exploração do minério de ferro para exportação foi atrelada à produção siderúrgica no país por um conjunto de injunções históricas particulares. Este emaranhado tanto obstou a exportação mais sistemática de minério de ferro até a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, quanto limitou as possibilidades de desenvolvimento siderúrgico do país.

O pomo da discórdia nas discussões residia nas tensões entre certas inclinações do embrionário “nacionalismo econômico” e as necessidades, reais ou percebidas, de se obter o concurso do capital estrangeiro para os projetos então em pauta nessa área, bem como os requisitos dos grandes importadores internacionais de minério de ferro. De um lado, os interesses “nacionais”, que viam nas enormes jazidas de minério de ferro localizadas em Minas Gerais uma oportunidade e em alguma medida se ressentiam da voracidade com que empresas e indivíduos de outras nacionalidades, mas não só, se dirigiram à aquisição e tentativas de exploração desses amplos recursos naturais. Em suas versões mais ponderadas, este lado da contenda se manifestou num reconhecimento do poder de barganha que essas reservas conferiam ao Brasil, e a Minas em particular, e procurou condicionar a exploração do minério a compensações adequadas pelos interessados. A compensação por excelência exigida dos pretendentes a exportadores durante aquele período foi a construção e operação de uma usina siderúrgica no país, no mais das vezes mais especificamente em Minas Gerais, através da vinculação entre os volumes de exportação e de produção siderúrgica. Esse princípio foi efetivado tanto através da legislação estadual mineira sobre o imposto de exportação de minério de ferro quanto nas concessões realizadas no âmbito do governo federal. Mas a vertente nacionalista também deu lugar à emergência de um discurso abertamente antiexportador, dirigido especialmente ao minério de ferro, que chegou a gozar de certo prestígio e influência em determinados momentos e esferas. De outro lado, os interesses “estrangeiros” que reconheciam o potencial das reservas minerais brasileiras e mostraram-se dispostos e mesmo ávidos a explorá-las ao ponto inclusive, ao menos em princípio, de acederem às compensações sendo exigidas pelos brasileiros. De fato, como veremos adiante, o Brasil encontrava-se numa posição de potencial fornecedor dessa matéria-prima que era particularmente favorável do ponto de vista dos grandes produtores siderúrgicos que dependiam da importação de minério para abastecerem suas usinas.

Enquanto se desenrolava historicamente, o debate conjunto sobre o problema siderúrgico e a exportação de minério de ferro organizou-se ostensivamente em torno dessa polarização entre interesses “nacionais” e “estrangeiros”. Com o tempo, esse mesmo contraponto foi incorporado praticamente intacto à própria historiografia sobre a questão. Os intérpretes brasileiros desse debate ecoam praticamente em uníssono a grande desconfiança com relação aos interesses estrangeiros que os contemporâneos alardeavam e que se concentrou sobretudo na famosa empresa inglesa *Itabira Iron Ore Co.* e na figura do empresário norte-americano que esteve à sua frente nas décadas de 1920 e 1930, Percival Farquhar.¹ O interesse estrangeiro, no caso o dos países grandes produtores

¹Veja Bastos [1959], pp. 101–51; Soares e Silva 1972, cap. IV e V; Martins 1976, cap. V; Gomes 1983, cap. VII; Luz 1961, pp. 88–

siderúrgicos, dessa perspectiva, é tipicamente retratado como apenas importar o minério de ferro brasileiro para abastecer a sua própria produção – ou adquiri-lo e entesourá-lo para importação futura – e um desinteresse em promover a produção siderúrgica no Brasil, quando não um interesse ativo em impedi-la. Já entre os norte-americanos que se dedicaram ao tema transparece com alguma frequência, diante do mesmo cenário, uma certa mistura de incompreensão e indignação que, por vezes, chegou a dar vazão a uma acusação mais ou menos aberta de xenofobia da parte dos brasileiros.² De qualquer forma, tanto uns como outros, mantiveram praticamente todos essa cisão de interesses entre brasileiros e estrangeiros como elemento estruturante básico de suas análises.³

Que uma dicotomia simplista como essa pudesse ser útil aos contemporâneos em suas contendas – mesmo que, a portas fechadas, eles mostrassem uma inclinação muito maior ao compromisso do que os discursos públicos fariam presumir – é perfeitamente compreensível. Contudo, essa adesão tão generalizada da historiografia a esse eixo analítico implicou na existência de certos escolhos interpretativos, fazendo com que aspectos relevantes dos eventos passassem completamente ao largo do foco de atenções. Este texto se propõe justamente a explorar um desses aspectos, nomeadamente a cisão dos interesses no plano internacional em torno da exportação de minério de ferro brasileiro, e alguns de seus desdobramentos internos, na forma da vinda da ARBED para o Brasil, com a constituição da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, e no correlato surgimento de um discurso abertamente antiexportador da parte de algumas figuras de escol em Minas Gerais. Mais explicitamente, o objetivo deste trabalho é avaliar a importância estratégica, no plano internacional, do principal projeto de exportação de minério de ferro brasileiro que foi articulado no período entreguerras, o projeto Itabira. E examinar como essa configuração particular de interesses, nesse plano, condicionou as ações de alguns agentes chave para o desenrolar dos eventos no Brasil.

Antecedentes

Ainda que o nosso foco seja o período entreguerras, o tratamento de alguns antecedentes é essencial à inteligibilidade dos eventos então. A esse respeito, há três coisas a tratarmos. Primeiro, que as reservas de minério de ferro existentes em Minas Gerais já vinham recebendo uma boa dose de

89, 190–91; Moreira 2000, pp. 12–24; Silva 1997. Não quero sugerir aqui que estes autores não tenham demonstrado, em certos casos, algum distanciamento perante essa atitude. Mas, pelo menos até onde vai o meu conhecimento e a minha leitura dos textos disponíveis de autores brasileiros, há sim uma inclinação clara e relativamente generalizada. Essa afirmação é necessariamente em alguma medida subjetiva, contudo, tampouco conheço a proposição de um quadro analítico alternativo entre os intérpretes conterrâneos.

²Veja, por exemplo, Wirth 1970, cap. 4; Gauld 1972, cap. XVI e XVII; Callaghan 1981, cap. 6; Baer 1969, pp. 64–68; Triner 2011, pp. 64–77. Para menções explícitas à “xenofobia” dos brasileiros, veja Wirth 1970, pp. 80–82; Gauld 1972, pp. 285–86; Callaghan 1981, pp. 362–68, 390, 394–95, 398–401. Há que se reconhecer todavia que, excluídos os excessos, essa é uma reação compreensível, na ausência da identificação que os brasileiros têm com o seu próprio nacionalismo.

³Há duas exceções que devem ser ressaltadas a esse respeito, porém. A primeira é a influente tese de Wirth (1970, cap. 5), segundo a qual Vargas foi capaz de manobrar com habilidade as tensões entre EUA e Alemanha, durante o Estado Novo, a ponto de eventualmente ter sido bem sucedido em garantir o apoio norte-americano, na forma em que se deu, para a construção de Volta Redonda. O que não impediu o autor, contudo, de empregar o nacionalismo como eixo analítico central em outras partes do seu trabalho, sobretudo para dar conta do comportamento dos brasileiros. A segunda exceção é o interessante trabalho que vem sendo desenvolvido recentemente por Fertik (2014a; 2014b). Ele explora a existência e atuação de indivíduos e organizações nos países industrializados que tinham um interesse econômico na industrialização de países em desenvolvimento, como o setor de bens de capital ou firmas de engenharia, que viam no desenvolvimento industrial desses países um mercado para a sua atuação e que contavam com amplo apoio governamental.

atenção desde antes da Primeira Guerra Mundial. A divulgação dos levantamentos feitos em Minas pelo governo brasileiro no XI Congresso Internacional de Geologia, realizado em Estocolmo no ano de 1910, sem dúvida é um marco a esse respeito, mas outros canais de circulação de informação também estiveram em jogo. Segundo, que essas atenções desdobraram-se numa onda de aquisições de jazidas no país predominantemente, ainda que não exclusivamente, por estrangeiros. Embora essa verdadeira “corrida do ferro” tenha se estendido ao longo de toda a década de 1910, a parte crítica das aquisições ocorreu ainda antes do início do conflito. E, terceiro, que em reação a essas circunstâncias, os brasileiros assumiram uma posição clara de condicionar a saída do minério do país ao cumprimento de certas exigências que, do seu ponto de vista, deveriam assegurar que ao país também acrescessem os benefícios dessa exploração.

É importante observarmos que a posição do governo brasileiro, a princípio, envolvia não só uma franca boa vontade frente à participação estrangeira na exploração mineral no país como um esforço ativo de atração do capital estrangeiro para essa finalidade. Uma clara expressão disso foi a criação, em janeiro de 1907, do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil junto ao Ministério da Viação. O novo órgão tinha como finalidade realizar estudos e levantamentos da geologia e mineralogia do país tendo em vista o aproveitamento dos recursos minerais e das águas e promover a sua divulgação “no país e nos principais centros estrangeiros” e prestar informações aos interessados (Decreto n. 6.323, 10/01/1907; *BSGM*, n. 2, 1922; Soares e Silva 1972, pp. 49–50; Oliveira 1924, pp. 9–10; Pimenta 1950, p. 52). A chefia do recém criado Serviço foi entregue a um geólogo de origem norte-americana, ainda que radicado no Brasil, Orville A. Derby (Rady 1973, pp. 73–74). Este, por sua vez, atribuiu a Luiz Gonzaga de Campos, engenheiro formado numa das primeiras turmas da Escola de Minas de Ouro Preto, a tarefa de estudar as condições geológicas e econômicas das jazidas de ferro na Serra do Espinhaço, que separa a bacia do Rio Doce da do São Francisco, na região central de Minas Gerais.

Em torno desta mesma época, também internacionalmente, as reservas de ferro vinham recebendo particular atenção. Muito importante a esse respeito foi o XI Congresso Internacional de Geologia, realizado em agosto de 1910 em Estocolmo, e que incluiu entre os seus principais temas as “reservas de minério de ferro no mundo” tendo por objetivo a realização de um balanço internacional das reservas disponíveis (Sundquist e Nordlund 2004, pp. 286–87, *passim*; Oliveira 1914, p. 4, *passim*; *BSGM*, n. 2, 1922, pp. 74 *sqq.*, *passim*). Para este fim, foram realizados inquéritos mundiais e os diversos países, dentre eles o Brasil, foram convidados a apresentar relatórios nacionais. O Brasil não mandou representantes a Estocolmo, no entanto, Orville Derby enviou uma memória – intitulada “The Iron Ores of Brazil” – que havia sido preparada com base nos levantamentos de Gonzaga de Campos para atender ao convite da comissão de organização do Congresso (Derby 1910; *BSGM*, n. 2, 1922, pp. 53 *sqq.*). Os resultados foram compilados e publicados pelos organizadores do Congresso ainda no ano de 1910. O Brasil figurou nos levantamentos como estando “entre o países que possuem as maiores reservas de minério de ferro do mundo”, com em torno de 5% das reservas totais estimadas (incluindo reservas efetivas e potenciais), sendo reconhecido o minério brasileiro como de alto teor de ferro e com proporção de fósforo notavelmente baixa (*BSGM*, n. 2, 1922, pp. 75–77; Soares e Silva 1972, pp. 50–51). Em retrospecto, chegou a causar espanto a alguns autores a divulgação das reservas brasileiras no Congresso de Geologia de Estocolmo (por exemplo, Martins 1976, p. 169). O

Serviço Geológico e Mineralógico, porém, cumpria estritamente suas finalidades estabelecidas pelo próprio governo em decreto, sem dúvida tendo em vista a atração de capitais estrangeiros, com o que certamente contribuiu.

Note-se ainda que essa atitude francamente favorável à exportação do minério de ferro que demonstrava o governo federal era compartilhada por Minas Gerais, em particular. De fato, o próprio Congresso Mineiro deixava pouca dúvida a respeito quando fixou, ainda em setembro de 1909, o imposto de exportação sobre o minério de ferro em 5 réis por tonelada, sem nenhuma espécie de condicionalidade ou limite associados a essa exportação (Lei n. 493, 11/09/1909, MG, em *Leg. MG*, 1909, p. 18). Contudo, essa atitude estava então prestes a mudar substantivamente, tanto em Minas como no âmbito federal.

Concretamente, em meio às movimentações internacionais que se seguiram à divulgação dos resultados do Congresso de Geologia, ocorreu, no Brasil, uma verdadeira corrida do ferro, que se manifestou na rápida aquisição de muitas das principais jazidas mineiras por interessados, sobretudo estrangeiros dos grandes países produtores, mas incluindo também alguns brasileiros (Oliveira 1914, pp. 14–15; Martins 1976, p. 169; Bastos [1959], pp. 107–8; Gauld 1972, p. 363; Oliveira 1934, pp. 35–36). Do ponto de vista de muitos brasileiros, agravava este impulso de compra de jazidas, especialmente por estrangeiros, o fato da Constituição Brasileira de 1891 não separar a propriedade do solo e do subsolo, de forma que as jazidas passaram a mãos estrangeiras por simples transações de compra de terra, a preços de terra (Triner 2011, pp. 23–29; Bastos [1959], pp. 84, 101; Oliveira 1914, p. 14; Martins 1976, p. 169; Bastos [1959], pp. 107–8; Pimenta 1950, p. 22).

Esses eventos suscitaram uma reação por parte dos brasileiros que se materializou claramente no ano de 1910 e que denotava já uma outra atitude frente à exportação de minério de ferro, distinta da que prevalecera até então. Esse novo posicionamento viria a presidir, com variações, as discussões e negociações pelas próximas décadas. Essencialmente, a partir desse momento, o país passa a exigir compensações pela concessões associadas à exportação de minério de ferro, que assumiram diversas formas, mas que se concentraram simbolicamente numa: a produção siderúrgica no país como contrapartida da exportação do minério. Num certo sentido, foi em 1910 que o Brasil descobriu o poder de barganha que as suas enormes reservas de minério de ferro lhe conferiam. Minas Gerais, em particular, descobriu a mesma coisa. Foi então que o país abandonou a atitude pregressa de buscar ativa e humildemente interessar os capitais estrangeiros e assumiu o comportamento de alguém que é cortejado por vários interessados. E não precisamos mais do que oferta e demanda para entender essa mudança.

Já em maio de 1910, o presidente Nilo Peçanha baixou o decreto n. 8.019 concedendo favores àqueles que se propusessem a montar no país estabelecimentos siderúrgicos, com fornos de ferro-gusa de capacidade mínima a especificar, instalações de refino, de laminação etc (Decreto n. 8.019, 19/05/1910). Os benefícios previstos incluíam facilidades de transporte, redução de fretes para matérias-primas e produtos nas estradas de ferro da União, isenções e preferência de consumo para os produtos das usinas nas obras da União. O decreto de Peçanha foi considerado – à época e mais tarde, na historiografia – como sinal de iniciativa do governo em favor da siderurgia, o que certamente também era, e cujos efeitos potencialmente benéficos foram frustrados pelo infortúnio do conclave mundial

alguns anos depois (Carvalho 1919, p. 145; Soares e Silva 1972, p. 55; Baer 1969, p. 57; Wirth 1970, p. 75; Bastos [1959], pp. 101–2; Luz 1961, pp. 188–89). Examinado atentamente, contudo, tal decreto revela ter pronunciado caráter reativo, no caso, reativo às concessões obtidas pelo *Brazilian Hematite Syndicate*, por intermédio da EFVM, em seu contrato de dezembro do ano anterior.⁴ De fato, o conteúdo do decreto 8.019/10 era composto de dois elementos centrais. Por um lado, ele destinava-se a generalizar as condições que estavam sendo oferecidas pelo governo à EFVM e, por outro, ele vinculava a siderurgia à exportação de minério de ferro. Centralmente, seu artigo 1º garantia a “redução de frete nas estradas de ferro da União, para o transporte das matérias-primas e dos produtos elaborados sobre as seguintes bases: [...] 8 réis por tonelada-quilômetro para o minério de ferro, destinado à exportação ou às usinas, em expedições por vagões completos; [...]” Ou seja, a título de incentivar a siderurgia no país, o decreto oferecia fretes subsidiados *para a exportação de minério de ferro, a preço idêntico* àquele que a EFVM pretendia atingir através de sua eletrificação e aparelhamento, e mais, implicitamente dava a autorização para exportar o minério.

A lei n. 533 do estado de Minas Gerais, de setembro de 1910, já era mais explícita a respeito do que passaria a estar em jogo (Lei n. 533, 24/09/1910, MG, em *Leg. MG*, 1910, pp. 23–37, art. 9º e 10º). A lei aumentava o imposto de exportação sobre o minério de ferro de 5 réis por tonelada – valor este que havia sido fixado no ano anterior, como vimos – para 200 réis por tonelada. Contudo, as duas primeiras fábricas para redução de minério de ferro que se fundassem *dentro do Estado* com capital de pelo menos 2 mil contos de réis ficariam isentas por cinco anos do imposto sobre o minério para exportação de até 500 mil t/ano. Vale dizer, o imposto de exportação era multiplicado por 40, mas as empresas que se dispusessem a realizar a produção siderúrgica em território mineiro teriam isenção desse imposto, até um certo limite do volume exportado. Aqui já está claramente colocada a posição de condicionar a exportação do minério de ferro à uma contrapartida na forma da instalação de uma usina siderúrgica em Minas Gerais e, apenas por extensão, “no país”.⁵

Diversas foram as concessões feitas nos termos do decreto 8.019/10, bem como nos do correlato decreto 2.046/11 promulgado no ano seguinte.⁶ De fato, no início de 1912, considerado o conjunto de concessões dos anos anteriores, o governo federal havia autorizado a exportação de 5,9 milhões t/ano de minério de ferro, garantido o transporte pelas ferrovias federais de 2,9 milhões destas ao preço de 8 réis/t.km, tendo como contrapartida a construção de 6 usinas siderúrgicas de capacidade produtiva conjunta de 302 mil t/ano, das quais 150 mil contavam com prêmios de produção. Com exceção da concessão feita à EFVM, que antecederia o decreto 8.019/10, todas as demais concessões condicionavam a exportação de minério de ferro à produção siderúrgica no país, sempre na proporção de um para dez.⁷ Em suma, a partir desse momento se institucionalizou a posição brasileira de aceder

⁴Decreto n. 7.773, 20/12/1909, em *DO*, 14/01/1910, p. 350

⁵Os termos do decreto federal 8.019/10 exigiam o estabelecimento da fabricação siderúrgica “no país”. A lei mineira 533/10 era mais específica e requeria que isso se desse “dentro do Estado”. Obviamente, apenas em Minas Gerais os dois critérios eram atendidos simultaneamente.

⁶Decreto n. 8.414, 07/12/1910; Decreto n. 8.579, 22/02/1911, em *DO*, 24/02/1911, pp. 2125–27; CPDOC – EMS d 1911.09.00, doc. I–01; Decreto n. 8.557, 15/02/1911; Decreto n. 8.558, 15/02/1911; Decreto n. 9.059, 25/10/1911; Decreto n. 9.295, 03/01/1912; Oliveira 1934, pp. 361–62.

⁷Rigorosamente, a concessão da EFVM exigia que a companhia construísse à sua custa, à margem da estrada de ferro, “um estabelecimento metalúrgico, de instalação aperfeiçoada, capaz de produzir, utilizando o minério do país, uma média mensal de 1.000 toneladas de produtos brutos de ferro, no mínimo” (Decreto n. 7.773, 20/12/1909, em *DO*, 14/01/1910, p. 350). Tratava-se, porém, de uma usina de dimensões verdadeiramente simbólicas. Ademais, e muito

à exportação do minério de ferro apenas mediante adequada compensação, na forma da produção siderúrgica no país. Os mineiros, em particular, assumiam a mesma posição, se é que não a lideravam, e faziam as mesmas exigências, apenas sendo mais específicos a respeito da localização requerida das usinas.

Em que pese a contingência da Guerra, é duvidoso que qualquer dos projetos tivesse sido bem-sucedido na sua ausência, dada a situação que se configurara internamente já desde antes dela. Ainda assim, a contingência da Primeira Guerra encarregou-se da expiração dos prazos firmados nos contratos e, em parte, ofereceu a oportunidade para um novo começo, mas ainda profundamente marcado pelos termos do período pré-Guerra. Assim, do ponto de vista dos brasileiros, uma vez encerrados os conflitos mundiais, o final da década de 1910 e a década de 1920, reeditariam, com ânimo revigorado, muitos dos dilemas que haviam sido postos naquele momento anterior. Contudo, as transformações políticas no plano internacional resultantes da Guerra e seus desdobramentos provocaram uma verdadeira mutação no significado que a exploração das reservas de minério de ferro brasileiras possuíam, neste âmbito. Como notamos na Introdução, a historiografia se centrou, na interpretação das tensões associadas à exportação do minério de ferro brasileiro no contraponto entre os interesses nacionais e estrangeiros. A meu ver, porém, a adequada compreensão do assunto passa por buscar o significado que teria o projeto Itabira para o mercado internacional de minério de ferro, caso tivesse sido bem-sucedido, na conjuntura do período entreguerras.

A Itabira Iron e o mercado internacional minério de ferro

Estando os prazos para as construções da EFVM prorrogados desde o novo contrato de 1916, Ernst Cassel deixou o Brasil em 1918, retirando-se dos negócios (Gauld 1972, pp. 282–84; CTEF 1938, pp. 210–11). Seus interesses na *Itabira* foram vendidos a um grupo de banqueiros e siderurgistas ingleses, que por sua vez passou a procurar por um comprador norte-americano. Em meados de 1919, Gordon Leith foi a Nova Iorque representando o grupo inglês e, depois de tentar junto à *Bethlehem Steel* e à *United States Steel*, dirigiu-se por fim a Percival Farquhar, empresário norte-americano que possuía experiência de negócios no Brasil e na América Latina.⁸ Por essa época, em julho de 1919, Epiácio Pessoa, já eleito presidente no Brasil, passou por Nova Iorque em visita ao governo norte-americano no seu retorno da Conferência de Paz, em Paris, tendo sido então procurado por Farquhar (Gauld 1972, p. 284; Pessoa 1957, p. 325; CTEF 1938, pp. 211–12; Martins 1976, pp. 172–73; *OEF*, n. 17, 06/1937, p. 42). Este fez uma proposta a Pessoa, que a esta altura era já uma fórmula conhecida. Em síntese, tratava-se da construção de uma estrada de ferro em condições técnicas especiais ligando Itabira ao porto de Santa Cruz pelo vale do Rio Doce para a exportação de minério de ferro e de uma usina siderúrgica a operar com carvão importado no frete de retorno do minério. Epiácio Pessoa interessou-se pela proposta, e os entendimentos que daí se seguiram vieram a resultar no famoso contrato de maio de

importante, não havia nenhum vínculo contratual que estabelecesse qualquer proporcionalidade entre a produção dessa usina e os volumes de exportação. Além disso, mesmo essa diminuta usina passou a ser facultativa com a revisão do contrato da EFVM em 1916 (Decreto n. 12.094, 07/06/1916).

⁸De fato, Percival Farquhar havia se envolvido, desde o começo do século, em negócios diversos na região, sobretudo com ferrovias e empresas de serviços públicos. Veja Gauld 1972, pp. 348–49, passim; Martins 1976, pp. 172, 256–57; Luz 1961, pp. 89–90.

1920, o contrato Itabira, como ficou conhecido.⁹ Materialmente, a proposta era efetivamente muito similar àquilo a *Itabira Iron* havia concebido e planejado no início da década, antes da entrada de Farquhar. Tratava-se de melhorar tecnicamente as condições da EFVM, incluindo a eletrificação e a construção de um ramal em direção a Santa Cruz, onde o minério seria embarcado, de forma a que a ferrovia pudesse realizar um frete competitivo para grandes volumes de minério de ferro destinados à exportação, a finalidade manifesta do empreendimento. Mas havia um número de elementos novos envolvidos nos acordos, dentre os quais nos interessa, particularmente, que a *Itabira* obrigava-se a construir uma usina siderúrgica, não mais de dimensões simbólicas, mas para produzir no mínimo 150 mil t/ano, de vergalhões, barras, chapas, vigas, trilhos e perfilados, sendo prevista a sua progressiva ampliação. Além disso, o contrato ficava condicionado ao acordo e a um contrato adicional com o governo de Minas Gerais.

O que Minas queria em troca de sua aquiescência foi deixado, mais uma vez, cristalino com a lei estadual n. 750, de setembro de 1919, segundo a qual o imposto de exportação estadual do minério de ferro foi aumentado para o valor bastante elevado de 3\$000 por tonelada, porém, uma redução deste imposto para 30 réis seria concedida àquelas empresas que estabelecessem *em território mineiro* usinas siderúrgicas transformando pelo menos 5% do minério a ser exportado (Lei n. 750, 23/09/1919, MG, em *Leg. MG*, 1919, p. 49; veja também Oliveira 1934, pp. 47–48, 60, 77). Tal preceito, como vimos, já se manifestara nas concessões anteriores à Guerra. De fato, o mecanismo utilizado era essencialmente o mesmo, tal como consubstanciado na lei 533/10, discutida acima.

Se alguma mudança na posição mineira era denotada pela lei 750/19 era no sentido de uma relativa flexibilização da exportação. Isso transparece nos prazos maiores de isenção fiscal – vinte anos, ao invés de cinco – na menor proporção obrigatória entre a produção e a exportação – 5%, ao invés de 10% – e na eliminação da limitação explícita do volume de exportação. Em todo caso, observa-se claramente que a posição brasileira no imediato pós-Guerra, e a posição mineira em particular, era essencialmente aquela que já havia se configurado a partir de 1910, e de que tratamos acima: uma atitude francamente favorável à exportação do minério de ferro, mas com a exigência de compensações adequadas, na forma sobretudo da produção siderúrgica no país.

Contudo, quando o contrato entre o governo federal brasileiro e a *Itabira Iron* foi assinado, em maio de 1920, não fazia muito tempo que o mercado internacional de minério de ferro havia sido substantivamente reconfigurado pelo Tratado de Versalhes, que determinou o retorno da Alsácia e da Lorena à França, juntamente com as suas ricas reservas de minério, privando a Alemanha da fonte de aproximadamente três quartos da sua produção de minério de ferro anterior.

Quatro países dominavam então o cenário siderúrgico mundial: os EUA, a Alemanha, a Inglaterra e a França.¹⁰ Apenas esses quatro grandes produtores foram responsáveis, entre 1909 e 1913, por 84% da produção mundial de ferro-gusa e por 81% da de aço. Entre 1920 e 1938, produziram 73% do ferro-gusa

⁹Decreto n. 14.160, 11/05/1920; *DO*, 03/06/1920, pp. 9447–50. Cf. também, para descrições da época, de ambos os lados, Pessoa 1957, pp. 321–40; Pires do Rio 1926, pp. 248–59, passim; *DCN*, sup. n. 109, 09/09/1928, pp. 20–110; Oliveira 1924. Para interpretações posteriores, veja Soares e Silva 1972, pp. 76–79; Martins 1976, pp. 172–74. O contrato e seus percalços são tratados porém em praticamente todos os trabalhos que lidam com o assunto no período.

¹⁰Dados de produção de ferro-gusa, aço e minério de ferro por país no período estão disponíveis no *Statistical Year-book of the League of Nations*. Dados referentes ao período anterior à Primeira Guerra Mundial podem ser encontrados em Carvalho 1919, pp. 17–20. Uma compilação desses dados encontra-se nas tabelas VIII.19 a VIII.23 de Barros 2011, pp. 228–32.

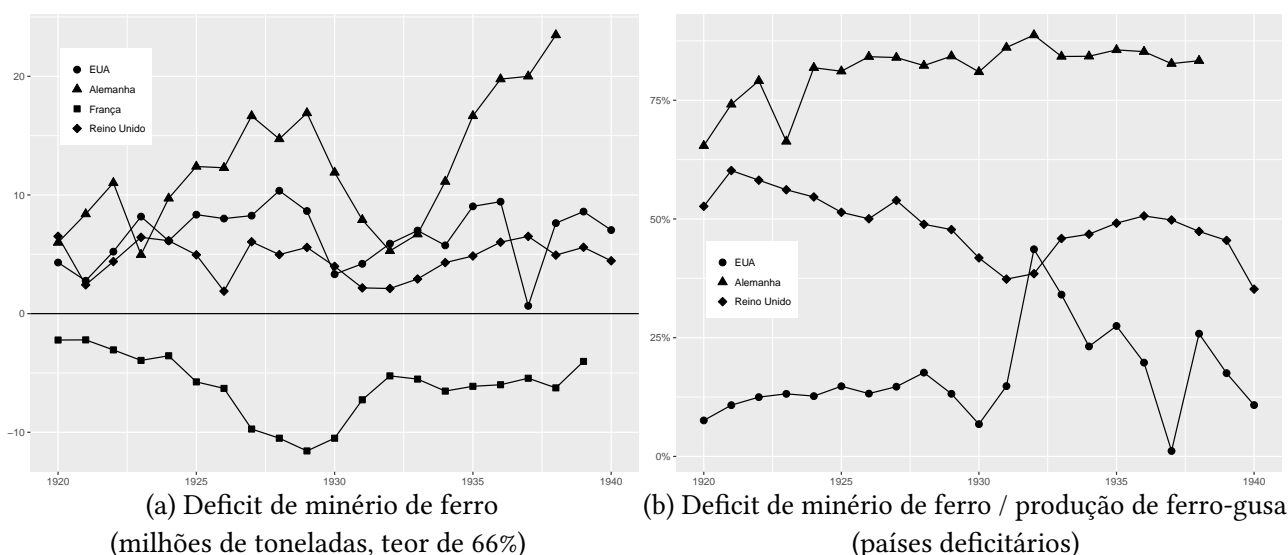


Figura 1: Necessidades externas de minério de ferro, principais produtores siderúrgicos, 1920–1940.

Fonte: Estimado a partir dos dados de *Statistical Year-book of the League of Nations*.

Nota: O deficit de minério de ferro foi estimado como a diferença entre a produção de ferro-gusa e ferro-liga e o conteúdo metálico da produção de minério de ferro por cada país, posteriormente normalizada para o equivalente em minério de ferro de teor de 66%. A razão entre o deficit de minério e a produção de ferro-gusa e ferro-liga considera igualmente o conteúdo metálico. Essas estimativas são uma primeira aproximação ao problema, pois elas não consideram perdas produtivas, variações de estoques, nem o uso de sucata.

mundial e 74% do aço. Possuíam também produções expressivas a Rússia antes da Primeira Guerra, a Bélgica e Luxemburgo. A U.R.S.S., sob os impactos da guerra e da revolução, só retomaria sua posição gradualmente ao longo da década de 1920, assumindo porém um lugar entre os grandes produtores na década seguinte. O Japão, também gradualmente ao longo das décadas de 1920 e 1930, atingiu uma produção expressiva, rivalizando com a Bélgica e Luxemburgo após os anos da Depressão. Esses oito países controlaram, entre 1920 e 1938, pouco menos de 90% da produção siderúrgica mundial, tanto da de ferro-gusa, como da de aço.

Não possuímos, infelizmente, dados sistemáticos do comércio internacional de minério de ferro. Mas os dados de produção, e alguns dados esparsos devem ser suficientes para montarmos um quadro adequado do mercado internacional de minério de ferro naquele período, nos pontos que nos importam. Considerado o período entreguerras, havia substanciais diferenças entre os grandes países produtores no que dizia respeito às suas capacidades de abastecimento de minério de ferro para suprir suas produções. Uma primeira aproximação poder ser obtida a partir da figura 1, que nos apresenta uma estimativa para as necessidades externas de minério de ferro dos quatro maiores produtores siderúrgicos mundiais. Apesar das limitações dessa estimativa, o gráfico nos mostra algumas das características centrais do mercado internacional de minério. Os EUA, embora fossem o maior produtor siderúrgico mundial com folga, produziam internamente minério de ferro o bastante para dar conta de muito das suas necessidades. A França era um claro exportador de minério, produzindo quantidades maiores do que as que consumia. A Inglaterra, por sua vez, dependia em boa medida de minério importado, bem como, em ainda maior grau, a Alemanha.

Do lado da oferta, a França era, de fato, um dos grandes exportadores mundiais de minério. Ao lado de outros importantes como a Suécia, a Espanha, o Norte da África (Argélia, Tunísia, Marrocos), o

Chile entre outros. No entanto, interessa-nos mais, dado que o Brasil colocava-se como um potencial exportador, examinar o lado da demanda no mercado internacional de minério de ferro.

Os EUA, de fato, abasteciam-se principalmente pela própria produção, mas constituíam ainda assim um mercado importante para o minério de ferro, de em torno de 2,5 milhões t/ano em tempos normais, o que correspondia a aproximadamente 4% de suas necessidades.¹¹ As importações de minério norte-americanas eram supridas sobretudo pelo Chile e por Cuba, onde a *Bethlehem Steel* possuía algumas minas (“Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, p. 51). Em 1936, por exemplo, 59% das importações norte-americanas foram atendidas por esses dois países, figurando ainda na lista de fornecedores a Suécia, o Canadá, o Norte da África, a U.R.S.S., a Espanha entre outros.¹²

Situação similar, presumivelmente ainda mais acentuada, dava-se com a U.R.S.S. que, embora fosse um produtor siderúrgico de importância não possuía expressão equivalente no comércio internacional de minério dada a sua capacidade para o autoabastecimento desse insumo, bem como o seu relativo isolamento econômico.

A Bélgica, apesar do volume intermediário de produção siderúrgica, era um mercado importante para o minério de ferro, pois sua produção doméstica desse insumo era praticamente ausente. Essa importação era, contudo, quase integralmente suprida pela França. Luxemburgo possuía jazidas de minério e as explorava, sendo capaz de atender com isso boa parte de sua produção siderúrgica. A *Société Minière des Terres Rouges*, acionista da siderúrgica belgo-luxemburguesa ARBED, que será alvo de nossas atenções adiante, possuía grandes jazidas de minério de ferro na França. Em 1937 e 1938, por exemplo, a união alfandegária Bélgica-Luxemburgo importou respectivamente 12,4 milhões t e 9,4 milhões t de minério de ferro, sendo 92% desse volume atendido pelo vizinho francês. Nesses anos forneceram também a esses países, a Suécia e, em menores proporções, a Noruega e a Argélia.¹³

Tabela 1: Produção e importação de minério de ferro pela Inglaterra, 1923, 1934–1937

	produção (mil t)	importação (mil t)	conteúdo metálico		
			produção (mil t)	importação (mil t)	importação consumo aparente (%)
1923	11 050	5 700	3 315	2 878	46
1934	10 757	5 171	3 227	2 830	47
1935	11 070	5 475	3 321	3 066	48
1936	12 900	6 056	3 872	3 391	47
1937	14 436	7 151	4 333	4 005	48

Fontes: Calculado ou estimado a partir de *Statistical Year-book of the League of Nations*, para dados de produção e conteúdo metálico; e, para dados de importação, “Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, p. 53; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, pp. 7, 9.

A Inglaterra era simultaneamente um grande produtor siderúrgico e um grande importador de minério de ferro, ainda que produzisse uma parcela substantiva, grosso modo a metade, do minério de que necessitava. As tabelas 1 e 3 apresentam os dados de que dispomos sobre a produção e as

¹¹Veja *Statistical Year-book of the League of Nations*; “Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, p. 51; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, p. 19.

¹²CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, p. 19; também em CPDOC – GV confid 1939.07.10.

¹³CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, p. 16.

Tabela 2: Produção e importação de minério de ferro pela Alemanha, 1923, 1935–1937

	produção (mil t)	importação (mil t)	conteúdo metálico		
			produção (mil t)	importação (mil t)	$\frac{\text{importação}}{\text{consumo aparente}}$ (%)
1923	5 014	10 800	1 664	5 551	77
1935	5 852	14 060	1 849	6 752	79
1936	6 384	18 469	2 259	8 870	80
1937	8 361	20 620	2 759	9 902	78

Fontes: Calculado ou estimado a partir de *Statistical Year-book of the League of Nations*, para dados de produção e conteúdo metálico; e, para dados de importação, “Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, p. 53; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, pp. 11–12; Vereinigte Stahlwerke, “Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien”, 25/03/1937, BArch, R 901/115330, p. 1.

Tabela 3: Origem das importações inglesas de minério de ferro, 1923, 1934–1935 (participação, %)

	1923	1934	1935
Espanha	41,8	20,0	18,5
Norte da África	31,6	41,2	40,0
Suécia	12,6	13,3	15,7
França	4,8	–	–
Noruega	9,2	9,7	9,1
Outros países	–	15,7	16,7

Fontes: Estimado a partir de dados disponíveis em “Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, p. 53; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, p. 9; *Statistical Year-book of the League of Nations*.

Nota: Participações estimadas para o conteúdo metálico das importações.

Tabela 4: Origem das importações alemãs de minério de ferro, 1923, 1936 (participação, %)

	1923	1936
Suécia	54,7	56,8
França	13,1	23,7
Espanha (+ Marrocos Espanhol)	11,3	5,9
Noruega	5,9	3,9
Argélia	–	3,2
Norte da África	6,4	–
Luxemburgo	4,4	1,9
América Central e do Norte	4,3	–
Outros países	–	4,5

Fontes: Estimado a partir de dados disponíveis em “Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, p. 53; Vereinigte Stahlwerke, “Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien”, 25/03/1937, BArch, R 901/115330, p. 1.

importações inglesas de minério. Observamos na tabela 3, em particular, que a Inglaterra tinha como principais fornecedores a Espanha, o Norte da África (Tunísia, Argélia) e a Suécia, bem como, em menores proporções, a França e a Noruega, entre outros.

A tabela 2 nos mostra que a Alemanha, por sua vez, era aquele dos grandes produtores siderúrgicos mais dependente da oferta externa de minério de ferro e era, de fato, o maior importador mundial. Aduzimos ainda da tabela 4 que a Suécia era seu principal fornecedor, sendo responsável por mais da metade das necessidades alemãs de minério de ferro. A França e a Espanha também forneciam à Alemanha montantes relevantes, além de, em menor escala, a Noruega, a Argélia, Luxemburgo entre outros. Como vemos, a Alemanha dependia de importações para suprir pouco menos de 80% do conteúdo metálico necessário à sua produção siderúrgica. A fragilidade de sua posição tornava-se ainda mais evidente quando, durante a Guerra Civil Espanhola, sua demanda deslocou-se sobretudo para a França. Mesmo antes da Primeira Guerra, a Alemanha já dependia de importações para suprir

de minério de ferro a sua siderurgia. E a França já era uma exportadora de minério. No entanto, o impacto do Tratado de Versalhes sobre a siderurgia alemã foi verdadeiramente arrasador, em função da redistribuição de recursos relevantes a esse setor decorrentes do retorno da Alsácia e da Lorena à França bem como, até o início de 1935, da administração do Sarre pela Liga das Nações. O território de que ficou privada a Alemanha pelo Tratado, havia sido responsável, no período imediatamente anterior à Primeira Guerra, por 74% da produção de minério de ferro, 34% da produção de ferro-gusa e 38% da produção de aço alemãs, como observamos na tabela 5.

Tabela 5: Impacto do Tratado de Versalhes

produção de (mil t)	Alemanha			França		
	pré- Guerra	pós- Versalhes	Δ (%)	pré- Guerra	pós- Versalhes	Δ (%)
minério de ferro	24 357	6 418	-74	16 842	31 456	87
ferro-gusa	13 977	9 240	-34	4 446	7 334	65
aço	19 680	12 236	-38	4 687	6 973	49

Fonte: *Statistical Year-book of the League of Nations*.

Nota: A comparação não é entre as produções antes da Guerra e depois da Guerra para cada país, mas entre as produções ocorridas antes da Guerra nos territórios preexistentes antes da Guerra e nos territórios que viriam a ser acertados em Versalhes. As produções de minério de ferro e de ferro-gusa são as médias dos anos 1909 e 1913 e a produção de aço é a do ano de 1913.

Está fora de questão aqui discutirmos os méritos das pretensões de qualquer dos dois países sobre a região. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer a importância desse remanejamento de recursos do setor siderúrgico na economia do Tratado de Versalhes, e na geopolítica do período entreguerras. Em que pese as disputas históricas em torno da região, esse resultado não era mero subproduto de um remanejamento de territórios. Essa transferência era, concretamente, um elemento estratégico importante, ao lado de outros, para aquelas dentre as potências vitoriosas que, sob a liderança da França, queriam ver uma Alemanha enfraquecida e sob controle após a Guerra (Boemeke et al. 1998, pp. 92–93). Tendo em vista o grau de dependência externa da Alemanha para o seu suprimento de minério de ferro, bem como o perfil de seus principais fornecedores, tratava-se de um instrumento de peso. Anos mais tarde, a invasão da Noruega e da Dinamarca no início da Segunda Guerra Mundial teve como relevante motivação, entre outros objetivos estratégicos, assegurar os canais de exportação do minério de ferro sueco para a Alemanha (Evans 2009, “The work of providence”, § III). Tampouco está longe de ser apenas simbólica a circunstância de que, na esteira da Segunda Guerra, os esforços de unificação europeia tenham sido assentados sobre a pedra fundamental da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, de 1951 (Fontaine 2000, pp. 10–22).

Em todo caso, essa configuração que acabamos de caracterizar presidiu a estrutura do mercado mundial de minério de ferro durante todo o período aqui em consideração, durante o qual se discutiu o problema siderúrgico brasileiro em geral, e o caso Itabira em particular. De fato, ainda na segunda metade da década de 1930, esse era o fato singular de maior importância a pautar a atuação do maior mercado importador de minério de ferro. Em 1937, por exemplo, a *Vereinigte Stahlwerke* iniciava um memorial sobre o fornecimento de minério de ferro à Alemanha pelo Brasil da seguinte maneira:

O abastecimento de minério de ferro da Alemanha sabidamente precisou, pela perda da área de *Minette* como consequência do Ditado de Versalhes, ser completamente rearranjada. A indústria siderúrgica alemã foi forçada, ainda mais do que antes da Guerra, a acomodar-se muito especialmente à importação do minério sueco, que correntemente corresponde a mais de 50% do provimento externo de minério em toneladas de ferro metálico.¹⁴

Tabela 6: Dimensão e composição da demanda internacional por minério de ferro, 1923, 1936

	minério de ferro				conteúdo metálico			
	importação (mil t)		teor metálico (%)		importação (mil t)		participação (%)	
	1923	1936	1923	1936	1923	1936	1923	1936
EUA	2 100	2 268	57	57	1 200	1 296	10,2	7,8
Inglaterra	5 700	6 056	50	56	2 878	3 391	24,4	20,3
Alemanha	10 800	18 469	51	48	5 551	8 870	47,1	53,1
Bélgica	6 215	10 299	35	31	2 148	3 161	18,2	18,9
				Total	11 778	16 718		
				Equivalente em minério de 66%	17 845	25 330		

Fontes: Estimado a partir dos dados subjacentes às tabelas 1 a 4, em particular *Statistical Year-book of the League of Nations*; “Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, pp. 51, 53; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, pp. 7, 9, 19; Vereinigte Stahlwerke, “Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien”, 25/03/1937, BArch, R 901/115330, p. 1.

Notas: As cifras para os EUA não são referentes a 1923, mas a 1924. Na ausência de dados para a importação da Bélgica, assumimos que ela importava o conteúdo metálico em montante igual à sua produção de ferro-gusa com o teor do minério francês produzido no respectivo ano.

Por fim, dadas as caracterizações dos principais importadores, uma visão geral da demanda internacional por minério de ferro pode ser obtida na tabela 6. Globalmente, o mercado internacional de minério de ferro possuía a dimensão estimada de 17,8 milhões t/ano em 1923 e de 25,3 milhões t/ano em 1936, considerado um minério de ferro de teor metálico equivalente ao brasileiro, de teor metálico em torno de 66%. Digamos 20 milhões t/ano em meados da década de 1920 e 30 milhões t/ano em meados da década de 1930, neste grau de precisão não há porque nos furtamos aos números redondos, e assim acomodamos um pouco também os importadores menores, que ficaram de fora da estimativa. A Alemanha era responsável por em torno de metade dessa demanda, a Inglaterra por pouco mais de um quinto, a Bélgica por pouco menos de um quinto e os EUA por em torno de um décimo. Considerando, ainda, que a Bélgica e os EUA possuíam fornecedores em boa medida cativos, não era difícil a qualquer conhecedor do mercado prever para onde se dirigiria o minério de um projeto de exportação em larga escala. Os analistas brasileiros não eram exceção. A própria Comissão dos Onze, organizada durante o Governo Provisório para revisar o contrato Itabira não exitava em apontá-lo: “Concluimos, assim que o mercado mundial importador de minério de ferro verdadeiramente se acha concentrado na Inglaterra e na Alemanha.” (“Revisão do contracto da Itabira Iron” 1934, p. 52). Ao que acrescento: especialmente na Alemanha. Os mercados, e sobretudo certos mercados, por vezes são muito menos impessoais do que à primeira vista possa parecer. Ademais, se a Alemanha era o destino presumível e presumido da pretendida exportação de minério brasileiro,

¹⁴Vereinigte Stahlwerke, “Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien”, 25/03/1937, BArch, R 901/115330, p. 1.

também o Brasil era um fornecedor potencial singular do ponto de vista da Alemanha. No mesmo memorial da *Vereinigte Stahlwerke* citado acima, depois de percorrer as alternativas à disposição, a empresa assim se referia à importância do minério brasileiro para a Alemanha:

Agora como antes, permanece a Suécia o nosso principal fornecedor de minério, e as mineradoras suecas estão muito conscientes dessa posição de poder, ainda que não se possa dizer que eles, até o momento, tenham-na usado de forma desleal. Ainda assim a nossa posição é fraca. [...]

Não se deve afastar que essas duas fontes de abastecimento [a Suécia e a Espanha] fluam de forma verdadeiramente não confiável e também insuficiente nas atuais relações políticas. Sabidamente o governo nacional espanhol só pode entregar uma parte do minério da Espanha. A maior parte das reservas espanholas (Bilbao) situa-se ainda na Área Vermelha. Mas mesmo prevendo-se que as relações na Espanha em breve voltem ao normal, a Alemanha terá em todo caso que dividir as reservas espanholas com outros países. Também a Espanha tem menos interesse na exportação de minério que na de alguns de seus produtos agrários.

O contorno do intercuro comercial com a França, especialmente o fornecimento de minério de ferro por esse país, continuará por tempo indeterminado fortemente gravado pela dimensão política; as necessidades de *Minette* do Sarre terão além disso prioridade sobre as outras necessidades de fornecimento.

Possibilidades de fornecimento de minério de qualidade por países do império britânico, que só podem ser pagos em divisas, permanecerão sempre inseguras e são, sobretudo no que diz respeito à quantidade, não muito significativas.

Por todos esses motivos particulares, e em geral tendo em vista a elevada e crescente necessidade de minério de ferro no mundo todo, com a progressiva escassez de minérios de alto teor e a tendência de crescimento contínuo do mercado de minério, parece uma obrigação imperiosa providenciar uma nova fonte de minério de suficiente capacidade para a Alemanha, que nos assegure no futuro uma posição mais forte e que preencha algumas lacunas em termos de quantidade e qualidade nas possibilidades correntes de suprimento. Para isso entra em consideração apenas um país, com o qual nós temos um intercâmbio comercial suficientemente grande, de forma que um abastecimento seguro e regular possa ser garantido.

Na tentativa de nos tornarmos independentes do suprimento estrangeiro de minério pela aquisição e exploração de reservas de minério estrangeiras de primeira classe, desde antes da Guerra procuramos criar uma base de minério ampla. Para uma tal base, pelo tamanho, pela qualidade, pela situação geográfica e pela neutralidade política, entrou em consideração em primeiro lugar o Brasil. Por isso, já desde 1910, conjuntamente com a *Hoesch-KölnNeuessen A.G.*, nós executamos estudos durante muitos anos, que conduziram por fim a aquisições de jazidas apropriadas.¹⁵

Era esse, portanto, o cenário internacional no qual o projeto Itabira pretendia se lançar. Mas – é importante que tenhamos um senso de proporção – qual era o tamanho do projeto Itabira? Qual a sua capacidade de exportação planejada? E a potencial? Havia duas espécies de limites incidindo sobre a capacidade de exportação da companhia: a capacidade de transporte da linha férrea e limitações legais ou contratuais.

Do ponto de vista do transporte, a linha Itabira teve três projetos ao longo do período: o projeto de eletrificação e melhorias da EFVM feito por Emilio Schnoor de 1909 (CTEF 1938, p. 206), o traçado Gillman projetado em 1911–1913, e o traçado Russell projetado em 1929–1930. Sobre a capacidade técnica de transporte do projeto de Schnoor temos pouca informação. Conhecemos porém o acerto

¹⁵Vereinigte Stahlwerke, “Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien”, 25/03/1937, BArch, R 901/115330, pp. 2–3.

contratual entre o *Brazilian Hematite Syndicate* e a EFVM para o transporte de 3 milhões t/ano, cifra que também foi incorporada à concessão obtida junto ao governo federal e que podemos assumir como um limite contratual naquele momento. Sob o comando de Ernst Cassel, a *Itabira Iron Ore Co.*, trouxe o construtor de ferrovias Gustave Gillman e um engenheiro suíço especializado em eletrificação ferroviária para preparar novos projetos. Foi proposto então um novo traçado para a ferrovia, partindo não mais de Vitória, mas do porto de Santa Cruz, 56 km ao norte da capital capixaba, em condições técnicas bastante aprimoradas, que previam o transporte de até 10 milhões t/ano (Pimenta 1950, p. 61; Gauld 1972, pp. 362–64; Oliveira 1924, p. 118; Oliveira 1934, p. 213; Ribeiro da Silva 1922, p. 104). Já ao final da década de 1920, após uma nova assinatura de contratos com Minas Gerais e o governo federal, Percival Farquhar partiu então à procura dos recursos para a execução do empreendimento. Seu principal agente financeiro em Nova Iorque, Clarence Dillon, exigiu porém a realização de novos levantamentos técnicos detalhados, incluindo orçamento das linhas férreas e do porto e de outros equipamentos de mineração, bem como perfurações para melhor avaliar a capacidade das jazidas de Itabira (Gauld 1972, pp. 288–89; Wirth 1970, pp. 77–79). Diante dessa exigência, Farquhar contratou nos Estados Unidos o engenheiro Thomas O. Russell para a realização de novos planos e orçamentos (Gauld 1972, p. 289; Pimenta 1950, p. 66). Um novo traçado para a linha férrea foi projetado, em condições ainda melhores que aquelas do projeto Gillman, e que permitiriam o transporte de até 15 milhões t/ano. Farquhar enforcava-se, pois, em seu próprio entusiasmo.

Do ponto de vista legal e contratual, no período entreguerras, o elemento chave era a lei mineira 750/19, que estabelecia uma proporção entre a produção da usina siderúrgica do pretendente a exportador e o volume de exportação que lhe era facultado fazer. Nos termos da lei, seria concedida a redução do imposto de exportação às empresas “desde que estabeleçam no território mineiro usinas que transformem em ferro e aço pelo menos 5% do minério a ser exportado” (Lei n. 750, 23/09/1919, MG, em *Leg. MG*, 1919, p. 49). Isso poderia ser interpretado como permitindo a exportação de 20 vezes o volume do minério transformado, era porém tipicamente interpretado pelas autoridades mineiras como um fator de 19 vezes. Em todo caso, essa relação não se dava diretamente entre a produção da usina e o volume exportado, mas entre os volumes de minério transformado e exportado. Tomemos a estimativa do próprio Clodomiro de Oliveira a respeito (Oliveira 1924, p. 115; Oliveira 1934, pp. 75–76). Uma usina que se propusesse a produzir 150 mil t/ano de produtos de ferro e aço precisaria produzir 168 mil t/ano de ferro-gusa. Supondo-se que a produção de uma tonelada de gusa exija 1,5 t de minério de ferro – vale dizer, supondo um teor metálico do minério de 66%, ou um pouco mais e algumas perdas operacionais – essa produção necessitaria de 252 mil t/ano de minério. Tomando o fator de 19 vezes, esse volume permitiria à empresa a exportação de em torno de 4,8 milhões t/ano de minério. Ora, como vimos, era justamente uma usina de pelo menos 150 mil t/ano que estava em consideração nas negociações entre a *Itabira* e o governo mineiro ao longo de 1920. Quando foi projetado o traçado Russell, no final da década de 1930, foi também planejada uma nova usina, de capacidade correspondentemente maior, de 240 mil t/ano.¹⁶ Por cálculo análogo, tal usina permitiria a exportação de em torno de 7,7 milhões t/ano de minério de ferro. Ademais, a partir de 1931, as revisões contratuais da companhia com o governo federal propunham que a usina deixasse

¹⁶Vereinigte Stahlwerke ao RWM, “Itabira-Projekt Brasilien”, 29/01/1930, BArch, R 3101/18922, p. 2; também em BArch, R 2/16604; veja porém Soares e Silva 1972, pp. 76–77.

de ser obrigatória, eliminando assim o vínculo entre a exportação e a produção siderúrgica (Barros 2014). A legislação mineira continuou a vigorar, e um novo acordo entre a *Itabira* e Minas Gerais não chegou a ser formalizado. Contudo, a documentação disponível aponta para negociações com Minas em termos alinhados àqueles que vinham sendo tratados no âmbito federal.¹⁷ Vale dizer, com a usina facultativa e a exportação de minério desvinculada dos volumes de produção siderúrgica. Em outras palavras, o contorno das negociações ao longo da década de 1930 tornava a capacidade técnica de transporte da ferrovia o único limite efetivo ao potencial de exportação da *Itabira*.

A conclusão é que o projeto *Itabira* tinha dimensões que giravam entre um quarto do mercado internacional de minério de ferro inteiro – para os limites legais ou contratuais que vigoraram ao longo da década de 1920, mas que mesmo àquela altura eram expansíveis a médio prazo pela ampliação da produção siderúrgica – e a metade do mercado – para os limites técnicos de transporte da linha férrea, que eram a única restrição concreta aos volumes de exportação na década de 1930. Além disso, tudo indica que o minério da *Itabira* teria condições de chegar ao mercado europeu a preços competitivos. Por exemplo, os preços negociados por Farquhar com a indústria siderúrgica alemã em 1929 para contratos de fornecimento de 26,5 milhões t ao longo de 15 anos, com opção para 10 milhões t adicionais, eram, do ponto de vista dos industriais alemães, levemente vantajosos se comparados aos contratos recentes que haviam sido firmados para o fornecimento de minério da Suécia.¹⁸ As autoridades no Ministério de Finanças alemão, por sua vez, consideravam que: “As possibilidades de ganho da indústria alemã no fornecimento de minério de ferro pela *Itabira Corporation* são previsivelmente muito grandes.”¹⁹ Em suma, o impacto do projeto sobre o mercado internacional de minério seria potencialmente enorme. O corolário é que o projeto *Itabira* ameaçava, por consequência, anular ou reduzir substancialmente em seus efeitos um importante instrumento de jugo sobre a Alemanha à disposição das potências vitoriosas interessadas em enfraquecê-la, o controle sobre o suprimento de minério de ferro. Diante desse cenário, analisar os eventos considerando-se um “interesse estrangeiro” uniforme e indiferenciado está fadado a gerar distorções interpretativas assim como um número de questões não resolvidas, ou mal resolvidas, na historiografia. Duas dessas questões serão tratadas na próxima seção à luz das considerações que viemos de tecer.

Desdobramentos internos das cisões externas

Em meados do ano de 1920, as perspectivas da *Itabira Iron* eram bastante promissoras. Como vimos, o contrato com o governo federal havia sido assinado em maio. É verdade que este condicionava o acerto a um outro contrato a assinar com o estado de Minas Gerais, mas as negociações estiveram em andamento ao longo dos meses seguintes e, de fato, em setembro o Congresso Mineiro deu autorização ao executivo para contratar com a empresa, nos termos da lei 750/19 (Lei n. 793, 22/09/1920, MG, em *Leg. MG*, 1920, pp. 45–46; Oliveira 1934; Barros 2011, pp. 106–15). Após a aprovação da lei 793/20, o governo de Minas organizou novas “bases gerais”, uma verdadeira minuta, para um contrato com a

¹⁷“Projecto de revisão do contracto com o Estado de Minas Geraes, Termo de revisão dos contractos com a ‘The Itabira Iron Ore Company, Limited’”, 27 de mai. de 1935, AN-SC, caixa 1, pacote 10, doc. 10.

¹⁸Vereinigte Stahlwerke ao RWM, “Itabira-Projekt Brasilien”, 29/01/1930, BArch, R 3101/18922, pp. 9–10.

¹⁹[Reichsfinanzministerium], “Vermerk betreffend Übernahme einer Reichsgarantie [...]”, 02/1930, BArch, R 2/16604, p. 6.

companhia.²⁰ O principal óbice naquele momento vinha do Tribunal de Contas, que havia negado o registro ao contrato.²¹ Mas, diante dos sinais positivos emitidos por Minas em setembro, o ministro da Viação, Pires do Rio, reenviou o contrato ao Tribunal de Contas e Epiácio Pessoa, diante de nova recusa, mandou executá-lo, forçando o registro sob protesto do Tribunal.²²

Nesse mesmo momento, porém, teve lugar a visita ao Brasil do rei Alberto I, da Bélgica, que introduziria novos contornos às negociações então em andamento. De fato, entre o final de setembro e o começo de outubro de 1920, o rei Alberto fez uma visita oficial ao Brasil a convite de Epiácio Pessoa e esteve também em Minas Gerais, onde o presidente do Estado, Arthur Bernardes, procurou interessá-lo na possibilidade de investir ali capital belga, particularmente no setor siderúrgico. Tais entendimentos vieram a resultar na associação entre a Companhia Siderúrgica Mineira e a siderúrgica belgo-luxemburguesa *Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange* (ARBED) no ano seguinte, com a criação da Belgo-Mineira, que viria a se tornar a mais importante empresa siderúrgica do país na década seguinte (Bastos [1959], pp. 110–12; Moyon 2007, p. 33; Gomes 1983, pp. 189–90). Poucos meses depois da visita do Rei Alberto, Emile Dudelage e Gaston Barbanson, representantes da ARBED, criaram o *Syndicat du Brésil* tendo em vista estudar a possibilidade de uma empresa siderúrgica no país (Moyon 2007, pp. 33–38; Santos 1986, pp. 178–88, 191; Bastos [1959], pp. 111–12; Soares e Silva 1972, p. 62). Um mês após a criação do Sindicato foi enviada a Minas Gerais uma missão técnica, chefiada pelo engenheiro Jean Pierre Arendt. Um acordo de intenções para a construção de uma empresa siderúrgica em Minas foi assinado em fevereiro de 1921. A associação entre a ARBED e a Cia. Siderúrgica Mineira foi formalizada em dezembro de 1921, tendo resultado daí criação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Nas palavras de Cristiano Guimarães, então presidente da Companhia Siderúrgica Mineira, tratava-se de “associar um mosquito a um elefante”. De fato, falar em “associação” aqui é incorrer em claro eufemismo. O capital original de 350 contos da Siderúrgica Mineira foi aumentado de 14.650 contos, subscrito pelo grupo presidido pela ARBED, representada pelo seu presidente Gaston Barbanson, integralizando 15.000 contos de capital. Todavia, Cristiano Guimarães permaneceu como presidente do conselho de administração da nova companhia, passando o conselho e a diretoria a serem integrados por membros belgas e luxemburgueses, além de brasileiros. Além disso, Barbanson adquiriu a antiga propriedade Jean Monlevade, em S. Miguel de Piracicaba, bem como a jazida de Andrade próxima a ela.

A entrada da ARBED no Brasil continua a desafiar os historiadores. Tanto mais que a ARBED não apenas foi singular em sua estratégia empresarial no país, como também a sua vinda entrava em flagrante conflito com um argumento fartamente utilizado contra a *Itabira*, tanto no debate à época como posteriormente na historiografia, segundo o qual a *Itabira* não teria interesse em construir a siderurgia no Brasil pois seus interesses eram essencialmente alinhados aos dos grandes produtores siderúrgicos mundiais a quem não convinha a existência de um setor siderúrgico pujante no Brasil, pois eles perderiam esse mercado, de que eram os fornecedores. Ademais, houve enorme assimetria

²⁰“Bases Geraes para o contrato com a Itabira Iron Ore Company Limited”, [1920], em Oliveira [1934], pp. 188–95.

²¹Tribunal de Contas, “Acta da 55ª sessão ordinária”, 20 de jun. de 1921, em Ribeiro da Silva 1922, pp. CII–CXXIV; também em *DO*, 29/06/1920, pp. 11095–99, 11102–3; Pessoa 1957, pp. 328–33; Gauld 1972, p. 285.

²²“Parecer da Comissão de Tomada de Contas da Câmara dos Deputados”, 30 de nov. de 1921, em Ribeiro da Silva 1922, pp. XCI–CI, esp. pp. XCIII–XCIV; Pessoa 1957, p. 326; Martins 1976, p. 174. Pires do Rio enviou o contrato ao Tribunal de Contas para reconsideração apenas três dias após a promulgação da Lei 793/20 por Minas Gerais.

no tratamento dispensado pelos brasileiros à Belgo-Mineira, por um lado, e à *Itabira Iron*, por outro, ambas empresas estrangeiras. De fato, até hoje não se compreende muito bem o que motivou a empresa a instalar-se no Brasil para a produção siderúrgica. Muitos autores não se aventuram além da simples menção de que a vinda da empresa foi acordada por ocasião da visita do rei Alberto a Minas Gerais.²³ A explicação da própria empresa era a de que procurava, com isso, penetrar nos mercados brasileiro e sul-americano, o que não é muito mais que uma tautologia (Santos 1986, p. 185; Moyen 2007, pp. 33, 45). Baer (1969, p. 165) não destoava muito dessa tese ao afirmar que “[a] entrada de capital estrangeiro nos anos 1920 para construir a Belgo-Mineira só ocorreu por causa da crença no futuro industrial do Brasil”. Peláez (1972, p. 147) quis ver na exportação de minério de ferro os motivos da empresa. Segundo ele, “o plano da ARBED era o de entrar no mercado de minérios brasileiros, pela compra dos depósitos da Companhia Siderúrgica Mineira”. Callaghan (1981, pp. 285–87) também atribui o envolvimento do conglomerado com o Brasil sobretudo ao seu interesse no minério de ferro do país. No entanto, a Belgo-Mineira singularizou-se justamente por não procurar fazer a exportação de minério, o que é especialmente intrigante tendo-se em vista que praticamente todos, brasileiros e estrangeiros, reconheciam na exportação de minério, e não na produção siderúrgica, o grande negócio a ser feito no Brasil.²⁴ Ainda que não avance no argumento, Antônio César Santos vai, a meu ver, na direção certa, ao sugerir que os motivos da ARBED estavam no projeto Itabira:

Se não era para exportar, pode ocorrer que uma das razões do seu interesse – talvez a razão essencial, fosse a de evitar a exportação massiva, pelo grupo inglês, de um minério de elevado teor, prejudicando o mercado de minérios de ferro na Europa para a produção das minas controladas pelo grupo ARBED na Lorena. (Santos 1986, p. 186)

A Belgo-Mineira caracterizou-se, de fato, pela sua pertinaz oposição à *Itabira Iron*. As explicações para essa oposição na literatura limitam-se a uma contraposição de interesses econômicos entre as empresas (Wirth 1970, pp. 88, 241 n29; Santos 1986, pp. 186–87; Moyen 2007, p. 33). Por um lado, a ARBED teria seus negócios prejudicados na Europa, pela concorrência no mercado de minério de ferro, como argumentam John Wirth e Antônio César Santos. Por outro, a Belgo-Mineira teria seus negócios prejudicados no Brasil pela concorrência na produção siderúrgica, dado que a *Itabira* se comprometera a construir uma usina siderúrgica de maior porte ali.²⁵ Esse último argumento faria algum sentido, se a oposição da Belgo-Mineira à *Itabira* não tivesse persistido ao longo da década de 1930, quando a *Itabira* já havia sido, para todos os efeitos, dispensada da obrigação de construir uma usina e ficava obrigada a transportar minério de ferro e produtos siderúrgicos de terceiros em igualdade de condições com os seus. Nesse contexto, em meados da década de 1930, o próprio Farquhar procurou compreender a oposição que enfrentava nos seguintes termos:

A Itabira agóra, na feição dada ao contrato pela Comissão de Estudo, sendo reduzida a simples instrumento de transporte em perfeitas condições técnicas, pergunta-se:

²³Por exemplo, Gomes 1983, pp. 189–90; Bastos [1959], pp. 110–12; Baer 1969, p. 58. Martins (1976, pp. 175–76) procura compreender os motivos pelos quais a Belgo-Mineira, ao contrário da *Itabira*, era bem aceita pelos brasileiros, mas não se pergunta sobre os motivos da vinda da empresa. Wirth (1970, pp. 87–88), por sua vez, indaga sobre os motivos da oposição da Belgo-Mineira à *Itabira*, mas não propriamente sobre os motivos da sua vinda.

²⁴A Belgo-Mineira só se envolveria na exportação de minério de ferro após a Segunda Guerra, e mais intensamente, apenas na década de 1960 (Santos 1986, p. 186).

²⁵Wirth (1970, p. 241) baseia seu argumento numa notícia do *Berliner Lokal-Anzeiger* de 16/4/1937 citada num ofício da embaixada brasileira na Alemanha. Santos (1986, p. 186) baseia-se em Wirth.

[D]e que fôrma impéde a Itabira que a Cia. Belgo-Mineira, o Conde Siciliano, o Snr. Lodi, ou qualquer interessado, estabeleçam ou aumentem suas usinas siderurgicas, em Sabará, Monlevade, Entre-Rios ou qualquer outra localidade?

Por qual motivo continua a oposição délas á Itabira?

Só razões ocultas poderiam explicá-lo, tais como impedir a *exportação em grande tonelagem de minério de ferro brasileiro para evitar sua concurrencia com o minério francez e luxemburguez, ou o obter vantagens e auxilio financeiro do Governo, vantagens e auxilio financeiro estes que a Itabira não péde nem recebe e por isso, sendo construida a Itabira, não poderia empreza alguma mais esperar obte-los.*²⁶

É certo que um importante acionista da ARBED era a *Société Minière des Terres Rouges*, que possuía grandes jazidas de minério de ferro na região da Lorena (Santos 1986, p. 179). Considerando, porém, que a ARBED era antes de mais nada um truste siderúrgico, não é evidente que os seus interesses propriamente econômicos seriam prejudicados pela chegada no mercado europeu de minério de ferro em abundância. O acesso à matéria-prima mais barata seria também um dos efeitos econômicos para o grupo. Em resumo, não parece claro que os interesses econômicos da ARBED, quer na Europa quer no Brasil, ficassem inequivocamente prejudicados pela *Itabira*. Mais ainda, que ficassem suficientemente prejudicados para justificar ativa oposição contra ela, na forma em que se deu. Contudo, as indicações apresentadas convergem em apontar o bloqueio à exportação de minério de ferro pela *Itabira* como um alvitre central da Belgo-Mineira e, até mesmo, como o motivo principal para a entrada da ARBED no Brasil. De fato, se descontadas as tentativas mais ingênuas, não resta outra explicação quer para a oposição da Belgo-Mineira à *Itabira* quer para a vinda da ARBED ao Brasil.

Não é porém apenas essa falta de outra explicação que nos leva a interpretar a vinda da ARBED ao Brasil dessa maneira, mas também a forma de atuação da Belgo-Mineira no país. A Belgo-Mineira é singular em muitos aspectos. Uma de suas peculiaridades mais importantes, já notamos, era a sua renúncia a exportar minério de ferro. O que estava em pauta naquele momento era justamente a barganha, capitaneada por Minas Gerais, da exportação de minério como a contrapartida dada àqueles que construíssem uma usina siderúrgica no país, ou mais precisamente, no Estado. Isso certamente foi oferecido aos belgas, tornando particularmente significativa essa abstinência. Que possível prejuízo teria a empresa se fizessem eles mesmos a exportação? Em segundo lugar, a Belgo-Mineira é peculiar pela localização escolhida para a construção da sua usina: Monlevade. Enfatiza-se frequentemente as grandes reservas de minério e as vigorosas matas ali existentes para justificar a escolha. A reserva florestal do vale do Rio Doce era efetivamente farta, e sem dúvida, relativamente mais abundante do que a das zonas do Paraopeba e do das Velhas. Jazidas de minério adequadas, porém, certamente poderiam ser encontradas em outros lugares. Por outro lado, além dessas características, Monlevade destacava-se ainda por outro motivo, pela sua quase completa ausência de infraestrutura. Mais tarde, quando a usina foi efetivamente construída, foi necessário construir também a cidade para abrigar as pessoas que nela trabalhariam (Moyen 2007, p. 57; Rady 1973, p. 111). Ademais, o sítio não era atingido sequer por vias de transporte adequadas. O velho Jean Monlevade é também muitas vezes invocado como uma das experiências siderúrgicas mais bem sucedidas do Império, instalada naquele local. A esses não ocorre mencionar que Monlevade só poderia imaginar obter sucesso ali numa

²⁶[Percival Farquhar], “Quesitos da nação, Perguntas e respostas sobre a criação da indústria siderúrgica no Brasil”, (fragmento p. 3), 5 de jan. de 1934, Rio de Janeiro, AN-SC, caixa 2, pacote 4, doc. 10.

instalação de diminuto tamanho, destinada a ter uma influência estritamente local, viável nesses termos justamente pela ausência de vias de transporte. Muito diferente era o caso da usina proposta pela Belgo-Mineira. Arthur Bernardes, ao prestar contas ao Congresso Mineiro em 1922 sobre o projeto, deixava Fitzcarraldo com uma ponta de inveja ao tratar da questão dos transportes:

O governo, attendendo a solicitação da Companhia, mandou reparar e tornar carroçavel a estrada de rodagem que liga Santa Barbara a Monlevade, afim de facilitar o transporte dos grandes machinismos que a Companhia alli vai installar.²⁷

De fato, pelo menos até 1940, a Belgo-Mineira foi a única empresa a construir uma instalação siderúrgica na zona tributária do Rio Doce, no caso, mais precisamente no seu afluente, o Rio Piracicaba. *Nenhuma* outra empresa que se instalou em Minas Gerais localizou-se fora do eixo de influência da EFCB. Todas as demais empresas que não se situaram aí, localizaram-se próximas aos mercados consumidores que pretendiam atender. A única outra empresa que se propôs a fazê-lo foi a *Itabira*, cujo projeto incluía, e por outros motivos, a construção da necessária infraestrutura de transporte. A localização de uma usina na região do vale do Rio Doce, afastada do litoral, mais próxima à capital mineira, a exigência da construção de uma vila operária, tinham porém antecedentes, justamente nas negociações que vinham sendo conduzidas ao longo do ano de 1920 entre o governo mineiro e a *Itabira Iron*. É difícil compreender essas supostas decisões da empresa – em conflito com qualquer interesse econômico bem informado e até mesmo em condições mais duras do que as exigidas de qualquer outra empresa do setor que se candidatou a receber favores do governo para a produção siderúrgica independente da exportação de minério ao longo da década de 1920 – sem termos em vista o projeto mineiro para a sua usina siderúrgica que se configurava então no governo estadual. Formalmente, ao menos, a empresa não pedia praticamente nada. A única necessidade era a construção do ramal ferroviário entre Santa Bárbara e São José da Lagoa. Mas se reconhecermos essa localização como uma decisão mineira, como fazemos aqui, tampouco isso pode ser tomado como uma exigência da empresa.²⁸ Somos levados, portanto, à concluir que a ARBED propôs-se a *substituir* a usina que estava sendo então negociada com a *Itabira*, obtendo, em contrapartida o bloqueio do governo estadual ao projeto de exportação de minério da companhia. É só assim também que podemos entender a conversão do governo mineiro, que teremos ocasião de discutir adiante, de uma posição de anuência à exportação de minério de ferro, desde que bem compensada, para uma outra ostensivamente antiexportadora. Poderíamos, talvez, tomar a atitude mineira num outro sentido, de que o bloqueio à *Itabira* não se tratava propriamente de uma contrapartida, mas o governo mineiro, em face a uma alternativa julgada melhor, simplesmente abandonou o projeto. No entanto, mesmo isso me parece insuficiente pois, do ponto de vista mineiro, não havia nada que tornasse os dois projetos mutuamente excludentes, a não ser que tenha realmente ocorrido a barganha referida.

A Belgo-Mineira constituiu-se, ademais, numa verdadeira imagem especular da *Itabira*: se a *Itabira*

²⁷Arthur Bernardes, “Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 4ª sessão ordinária da 8ª Legislatura no anno de 1922”, 14 de jul. de 1922, Bello Horizonte, p. 76.

²⁸Como a própria empresa elipticamente colocaria ao sucessor de Bernardes, Raul Soares: “Logo que o Presidente do Conselho de Administração, sr. Barbanson, consultou ao Governo si seria conveniente tentar no Brasil uma industria siderurgica, foi-lhe ao mesmo tempo respondido, como encorajamento, que seria creada uma estrada de ferro, indo até Monlevade e Andrade. Foi sobre essas promessas que o sr. Barbanson adquiriu as duas propriedades de Monlevade e Andrade.” (Fauconnier a Soares, “Memorandum dos diversos pedidos que a Companhia Siderurgica Belgo Mineira [...]”, 10/12/1922, CPDOC – RS c 1923.01.08/3).

queria exportar minério, a Belgo-Mineira não, queria apenas a produção siderúrgica no país; se a primeira fazia muitas exigências, a segunda praticamente nenhuma; se a primeira queria usar carvão importado, a segunda converteu-se num arauto do carvão vegetal; se a primeira queria uma autorização para operar no país, a segunda associou-se com uma empresa brasileira existente (Cf. Martins 1976, p. 176). Do ponto de vista mineiro, a Belgo-Mineira era, portanto, um verdadeiro sonho. O fato de que a Belgo-Mineira tenha abraçado o carvão vegetal é tanto mais surpreendente quando notamos que a ARBED operava na Europa usinas a coque de carvão mineral. Ela vinha, assim, adequar-se a uma outra tecnologia com a qual não estava habituada e, em parte até, desenvolver tecnologia.

Por fim, mas não menos importante, a Belgo-Mineira é amplamente reconhecida como um dos mais regulares e ativos opositores à *Itabira* no Brasil.²⁹ Isso mesmo após a construção de uma usina tornar-se facultativa à *Itabira*, como veio a ocorrer em 1931, ou seja, mesmo quando o alegado conflito de interesse pela concorrência siderúrgica já havia se dissipado e, ao contrário, ter o projeto *Itabira* potenciais implicações positivas à Belgo-Mineira, se não por mais nada, pelo acesso a meio de transporte mais econômico que, se não chegava a ser público, ficava contratualmente assegurado para o minério de ferro e para produtos siderúrgicos de terceiros.

Entre o final de 1920 e a primeira metade de 1921, momento em que se deram as negociações e os acordos entre o governo mineiro, a ARBED e a Cia. Siderúrgica Mineira, o governo mineiro não apenas abandonou o seu apoio à *Itabira Iron*, como passou a liderar a oposição a ela e, dado o condicionamento do contrato com o governo federal a um contrato com o governo mineiro, foi capaz de bloquear o projeto com grande eficácia. Como vimos anteriormente, pelo menos até o final de setembro de 1920, as negociações entre a *Itabira Iron* e o governo mineiro continuaram em andamento, e as iniciativas mineiras em favor do contrato também estavam sendo tomadas. Contudo, em meados de 1921, a posição do governo mineiro já havia claramente se alterado. Na mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em junho de 1921, a *Itabira* já não se comprometia mais a transformar 5% do minério que exportasse, mas sim, nota bem, pretendia exportar 95% do que transformasse. Por esse e inúmeros outros motivos, “malgrado o intenso desejo de resolver o problema siderúrgico”, ainda não havia sido possível entrar em acordo com a *Itabira*. Contudo, a despeito disso, a siderurgia no Estado mineiro fizera seus avanços:

[A Companhia Siderurgica Mineira], depois de prolongada lucta contra difficuldades de ordem technica e financeira, conseguiu pôr em funcionamento a Usina de Sabará, cujo forno alto tem produzido facilmente 24 toneladas diarias, quando eram previstas apenas 20.

Sendo objectivo da Companhia desenvolver a industria de ferro, que não podia limitar-se á producção de *ferro guza* para segunda fusão, e tendo em vista as difficuldades que cercam o estabelecimento de uma industria nova em nosso paiz, concluiu um accordo com um importante grupo franco-belga-luxemburguês para formar a Companhia Siderurgica Belgo-Mineira [...].

Ha, portanto, fundadas esperanças de se transformar em realidade, dentro de poucos annos, a construcção, em Minas, de uma poderosa usina siderurgica, que será, inquestionavelmente, um grande factor do desenvolvimento do nosso Estado e do paiz.³⁰

²⁹Cf. AN-SC, caixa 2, pacote 4, doc. 10; Gauld 1972, pp. 285, 294 n12, 318 n10, 322 n21; Wirth 1970, pp. 186–87.

³⁰Arthur Bernardes, “Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 3ª sessão ordinária da 8ª Legislatura no anno de 1921”, 14 de jun. de 1921, Bello Horizonte, pp. 36–37.

As negociações entre o Estado de Minas e a *Itabira Iron* haviam se encerrado. O que se segue é dilação e impugnação. Apesar das reiteradas tentativas e concessões feitas pela companhia, depois das segundas “bases gerais”, que se seguiram à lei 793/20, não houve mais qualquer contraproposta da parte de Minas Gerais, ao menos até o governo Antônio Carlos. O pomo da discórdia foi, ostensivamente, a cláusula da limitação de preços aos produtos da usina siderúrgica (Oliveira 1934, pp. 201–93), como poderia ter sido, em princípio, qualquer outra coisa. De fato, Arthur Bernardes e seu secretário, Clodomiro de Oliveira, tornaram-se dois dos mais ferozes opositores do contrato Itabira (Gauld 1972, p. 286). A ascensão do primeiro à presidência da República estendeu o bloqueio ao âmbito federal. Os sucessores de Arthur Bernardes na presidência do Estado, enquanto ele esteve na presidência da República, não alteraram a diretriz de bloqueio ao projeto Itabira. Em suma, a partir da mudança de posição de Minas Gerais a correlação de forças que sustentava o projeto Itabira ruiu completamente, não apenas o contrato se tornou então inviável, mas também as lideranças mineiras lançaram-se à proa de uma violenta campanha pública contra Farquhar e o contrato Itabira. A campanha se fazia não apenas pelos jornais mas também por conferências, publicações e discursos no Congresso. Destacaram-se nela, além de Arthur Bernardes e Clodomiro de Oliveira, Raul Ribeiro da Silva e Nelson de Senna.³¹

O teor da campanha é sem dúvida saboroso, e nos conta muito sobre a forma de proceder nos debates políticos à época. Em resumo, em nome dos interesses nacionais e contra o monopólio, a proposta da *Itabira* não era aceitável. Exportar o minério era apenas abastecer de matérias-primas as grandes indústrias localizadas no estrangeiro e enriquecer outras nações em detrimento da nossa. Farquhar iria monopolizar a exportação de minério de ferro, a indústria siderúrgica do país e o comércio de carvão, arruinando os produtores domésticos desses produtos. Monopolizaria toda a economia do rico em recursos vale do Rio Doce. Arruinaria também toda a indústria doméstica através de seu “porto livre”. Teria até “o predomínio, senão o monopólio do comércio marítimo do Brasil, quiçá de toda a América do Sul da Costa Atlântica” (Oliveira 1924, p. 25). Tampouco tencionaria ele, na verdade, cumprir o compromisso contratual de construir a usina. Enfim, tratava-se da “escandalosa imoralidade da Itabira”.³² O contrato, “cujas cláusulas determinam transformar o país em verdadeira colônia” (Oliveira 1924, p. 24), se efetivado, “seria a ruína irremediável e a abdicação da nossa nacionalidade”.³³ Esses argumentos certamente não eram novos, e nem tampouco deixaram de reaparecer mais tarde, no entanto, manifestaram-se naquele momento com particular intensidade e ferocidade. Do outro lado da contenda, acusava-se Arthur Bernardes de retrógrado, tacanho, de ser contrário à implantação das indústrias básicas, de anti-industrialista, de regionalismo estreito e de xenofobia (Silva 1997, p. 24).

De fato, durante as presidências de Arthur Bernardes – do Estado e depois da República – não apenas o contrato Itabira foi obstado, mas, sob a liderança mineira, foi gestado e politicamente lastreado um modelo alternativo à *Itabira Iron* para a solução do problema siderúrgico, baseado em insumos estritamente nacionais e infenso à exportação do minério de ferro. Com a elevação desse

³¹Veja Bernardes, “Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1921”; Bernardes, “Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1922”; Oliveira 1924; Ribeiro da Silva 1922; Senna 1924.

³²Pessôa, “Mensagem de Epitácio Pessoa ao Congresso Nacional de 1921”, p. 30.

³³Nos termos da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados (Pessoa 1957, p. 334).

novo modelo ao *status* de política nacional ocorreu uma polarização no debate sobre o problema siderúrgico entre essas duas alternativas. Não pretendo aqui minorar a importância dessa verdadeira reviravolta nos debates então em andamento. A questão de interesse é como interpretá-la e como compreendê-la. Pires do Rio, ministro da Viação de Epitácio Pessoa e redator do malfadado contrato Itabira, tinha toda razão em afirmar que “os motivos para a recusa do contrato eram outros e não os alegados” (Pires do Rio 1926, p. 5). Se o estado de Minas Gerais e, em particular, Arthur Bernardes, bem como seu secretário de Agricultura Clodomiro de Oliveira, figuram na historiografia como a origem e a manifestação mais clara de uma posição abertamente contrária à exportação de minério de ferro e ao projeto Itabira em particular, isso deveria ser de se estranhar. Pois, concretamente, ao longo de todo o período, Minas Gerais foi o principal suporte, quando não também a origem, de praticamente todos os projetos de exportação de minério, associados ou não à siderurgia, e particularmente o da *Itabira* (veja Barros 2011). De fato, Minas se colocava potencialmente como um dos principais, senão o principal, beneficiário da exploração dessas reservas minerais. Isso era patente aos contemporâneos e transbordava ocasionalmente em aberturas acusações de “regionalismo”.

A oposição liderada por Bernardes ao contrato Itabira a partir de 1921 é uma exceção histórica. O discurso antiexportador associado a ela também, e deve ser tomado com uma boa dose de ceticismo. Por exemplo, não deveríamos estranhar que, em 1925, ao mesmo tempo em que o contrato Itabira estava sendo bloqueado, o governo mineiro vinha negociando um contrato de contornos muito similares ao da *Itabira* com o grupo alemão *Dortmunder-Union*, incluindo a participação direta do governo do estado na formação de capital e com a anuência do próprio Bernardes.³⁴ Fato este que, tivesse a historiografia registrado, teria tido enormes dificuldades em explicar. Tampouco deveria nos surpreender o fato de que a política de Arthur Bernardes não teve continuidade após o fim de seu governo, nem no âmbito federal nem em seu próprio Estado. Com Washington Luís e Antonio Carlos a *Itabira* voltou a gozar da posição de projeto de governo. O que, àquela altura, representava apenas um retorno à normalidade.

Considerações finais

Não quero sugerir aqui que o nacionalismo não tivesse um papel preponderante no debate. Ao contrário, toda a diversidade de interesses em jogo procurava abrigar-se sob a égide do nacionalismo. O interesse nacional era praticamente o único a conferir real legitimidade às diferentes propostas em disputa, assim que era natural que todas as partes pleiteassem o rótulo e se declarassem, todos, os verdadeiros portadores da bandeira. Por isso mesmo, o nacionalismo merece, sem dúvida, o destaque que recebeu na historiografia como elemento central nos debates à época. Não pode, contudo, justamente por essa ubiquidade, ser empregado como fator *explicativo* para as tensões políticas que subjaziam as discussões sem as mediações necessárias.

Em particular, como vimos ao longo deste trabalho, não podemos reduzir os interesses estrangeiros ao mero desígnio de explorar as reservas minerais brasileiras e a uma resistência à implantação

³⁴[Raul Soares] a Miguel Calmon, 27 de jul. de 1923, CPDOC – RS c 1923.07.23/1; [Carl] Bretz a Luiz da Rocha Miranda, 30 de nov. de 1925, Rio de Janeiro, CPDOC – CM c 1925.12.26; T. Thiem a Christiano Machado, 19 de fev. de 1926, Rio de Janeiro, CPDOC – CM c 1925.12.26; T. Thiem a João Franzen de Lima, 20 de mar. de 1926, Rio, CPDOC – CM c 1925.12.26; T. Thiem a Christiano Machado, 13 de abr. de 1926, Rio de Janeiro, CPDOC – CM c 1925.12.26; “A Itabira Iron Ore”, em *OEF*, n. 17, 06/1937, pp. 41–54, esp. p. 44.

da siderurgia no Brasil. A entrada da ARBED no Brasil, nas circunstâncias em que se deu, só é compreensível à luz das importantes cisões internacionais com relação à exportação de minério de ferro brasileiro no período entreguerras. O caso mostra claramente que as tentativas de mobilizar as grandes reservas brasileiras de minério de ferro também no exterior dividiam os interesses em campos distintos e, muitas vezes, opostos. Analisado o problema apenas no eixo nacional-estrangeiro, a criação da Belgo-Mineira no Brasil permaneceu como um a espécie de ponto cego interpretativo tanto no debate como na historiografia. De fato, a Belgo-Mineira, ao vir para o país para realizar a produção siderúrgica e ao abster-se de realizar a exportação do minério, representava simplesmente o oposto daquilo que se atribuía ao presumido interesse estrangeiro. Não por acaso, ela teve que ser absorvida pela interpretação nacionalista como um caso especial. Nos termos de Arthur Bernardes, justamente em contraposição à *Itabira*, a Belgo-Mineira era “não imperialista” (apud Gauld 1972, p. 312). Onde a lógica derrapa, é necessário redobrar a atenção.

O caso também convida a comparar, do ponto de vista dos interesses brasileiros, bem como do ponto de vista dos interesses mineiros, as duas formas de participação estrangeira oferecidas, de um lado, pela *Itabira Iron* e, de outro, pela Belgo-Mineira. Especialmente porque os dois projetos apresentaram-se como antagônicos. Essa diferença na recepção brasileira a ambas as empresas impregna até hoje boa parte da historiografia. A Belgo-Mineira foi praticamente acolhida como nacional enquanto a *Itabira* permaneceu retratada como a verdadeira antítese do nacional (Gomes 1983, pp. 189–99; Martins 1976, pp. 173–76). Contudo, sem admitirmos que as duas empresas eram, à época, essencialmente comparáveis, tanto do ponto de vista nacional quanto do ponto de vista mineiro, *apesar dos discursos a respeito delas*, o próprio debate perde muito do seu nexos. Como compreender que o projeto Itabira, em suas múltiplas versões, permaneceu em negociação no país por quase trinta anos, entre 1909 e 1939, sem admitir que havia uma ampla base de sustentação interna, brasileira, a ele? O “poderoso” Farquhar e os interesses velados por trás dele teriam sido capazes de impor um contrato que não interessaria ao Brasil, com a ajuda dos seus “representantes” no país?

Que a ARBED tenha vindo ao Brasil para realizar produção siderúrgica e que Minas tenha se convertido a uma posição abertamente em antiexportadora, mesmo que da boca pra fora, são ambos fatos absolutamente surpreendentes, e que foram deixados praticamente inexplicados na historiografia. A entrada da ARBED no país permaneceu envolta em especulação e uma boa dose de mistério. Assim como as ostensivas diferenças entre os tratamentos conferidos à Belgo-Mineira, por um lado, e a *Itabira*, por outro. Que Minas tenha se colocado à proa de um discurso antiexportador foi naturalizado nela a ponto de ter se convertido numa das principais facetas das interpretações tradicionais.

No entanto, o reconhecimento das cisões, no plano internacional, a respeito das consequências potenciais dos projetos de exportação de minério de ferro brasileiro no entreguerras, e do projeto Itabira em particular, como foi feito neste trabalho, nos permite compreender ambas as coisas. Um acordo travado entre o estado de Minas Gerais e os interesses europeus representados pelo Rei Alberto na ocasião de sua visita ao Brasil em 1920 dá conta de explicar essas verdadeiras excepcionalidades no comportamento dos agentes no período.

Referências

Arquivos

- Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.
AN-SC Fundo Percival Farquhar.
- Bundesarchiv (Arquivo Federal). Berlim, Alemanha.
BArch Bundesarchiv.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro.
CPDOC – CM Arquivo Cristiano Machado.
CPDOC – EMS Arquivo Edmundo de Macedo Soares.
CPDOC – GV Arquivo Getúlio Vargas.
CPDOC – RS Arquivo Raul Soares.

Periódicos

- Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (BSGM)*. Rio de Janeiro.
- Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes (Leg. MG)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado.
- Diário do Congresso Nacional (DCN)*. Rio de Janeiro: Brasil.
- Diário Oficial (DO)*. Brasil.
- O Observador Econômico e Financeiro (OEF)*. Rio de Janeiro.
- Statistical Year-book of the League of Nations*. Geneva: League of Nations.

Publicações

- Baer, Werner (1969). *The development of the Brazilian steel industry*. Nashville, Tennessee: Vanderbilt University Press.
- Barros, Gustavo (2011). “O problema siderúrgico nacional na Primeira República”. Tese de dout. São Paulo: FEA-USP. DOI: 10.11606/T.12.2011.tde-24012012-135049.
- (30 de jul. de 2014). “Discurso e contexto. Política siderúrgica no primeiro governo Vargas (1930-1937)”. URL: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/57656/>.
- Bastos, Humberto ([1959]). *A conquista siderúrgica no Brasil. Crônica e interpretação econômica das empresas e indivíduos, nacionais e estrangeiros, que participaram da exploração dos recursos minerais e do desenvolvimento nacional*. São Paulo: Livraria Martins Editora.
- Boemeke, Manfred F., Gerald D. Feldman e Elisabeth Glaser, eds. (1998). *The Treaty of Versailles. A reassessment after 75 years*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Callaghan, Willam Stuart (1981). “Obstacles to Industrialization. The Iron and Steel Industry in Brazil during the Old Republic”. Tese de dout. University of Texas at Austin.
- Carvalho, Elysio de (1919). *Brasil, potencia mundial. Inquerito sobre a industria siderurgica no Brasil*. Rio de Janeiro: S. A. Monitor Mercantil.
- Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (1938). *A grande siderurgia e a exportação de minério de ferro brasileiro em larga escala. Projéto Raul Ribeiro, Paul H. Denizot e “Itabira Iron”*. Rio de Janeiro.
- Derby, Orville A. (1910). “The iron ores of Brazil”. Em: *The iron ore resources of the world, an inquiry made upon the initiative of the executive committee of the XI International Geological Congress*. Vol. 2, pp. 813–822. Citado a partir da republicação em *REM. R. Esc. Minas* 63.2, pp. 473–479.
- Evans, Richard J. (2009). *The Third Reich at War. How the Nazis Led Germany from Conquest to Disaster*. New York: The Penguin Press.
- Fertik, Ted (2014a). “Packaging Industrialization and Selling It. State-Guaranteed Export Financing and Nationalist Industrialization, 1920–1940”. Paper for the History Project “Institutions, Credit, and the State” Conference, Sept. 2014.

- Fertik, Ted (2014b). “Transnational Actors in the Service of Economic Nationalism. U.S. Firms, Engineers, and Officials in the Creation of the Brazilian National Steel Industry”. Paper presented at the international conference “American (Inter)Dependencies: New Perspectives on Capitalism and Empire, 1898–1959”, New York University, April 3–4, 2014.
- Fontaine, Pascal (2000). *A new idea for Europe. The Schuman declaration – 1950–2000*. 2ª ed. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Gauld, Charles A. (1972). *The last titan. Percival Farquhar, American entrepreneur in Latin America*. Stanford, CA: California Institute of International Studies.
- Gomes, Francisco Magalhães (1983). *História da siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda.
- Luz, Nícia Vilela (1961). *A luta pela industrialização do Brasil, 1808 a 1930*. São Paulo: Difel.
- Martins, Luciano (1976). *Pouvoir et développement économique. Formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Éditions Anthropos.
- Moreira, Regina da Luz (2000). *CSN. Um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro: Fundação CSN, Fundação Getúlio Vargas e CPDOC.
- Moyen, François (2007). *A História da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Uma trajetória de crescimento consistente (1921–2005)*. Belo Horizonte: Belgo, Fundação Belgo (Grupo Arcelor).
- Oliveira, Clodomiro de (1914). “Industria siderurgica”. Monographia publicada em o numero XIV dos Annaes da Escola de minas de Ouro Preto. Ouro Preto: Oficinas da Casa Mattos.
- (1924). “Problema Siderurgico”. Conferência realizada no Centro Academico de Ouro Preto em 1º de Janeiro de 1924. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio.
- (1934). *A concessão Itabira Iron*. Belo Horizonte.
- Peláez, Carlos Manuel (1972). *História da industrialização brasileira. Crítica à teoria estruturalista no Brasil*. Rio de Janeiro: APEC.
- Pessoa, Epitácio (1957). *Pela verdade*. Tomo I. Edição revista e organizada pelo I.N.L. Obras completas de Epitácio Pessoa, vol. XXI. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- Pimenta, Dermeval José (1950). *O minério de ferro na economia nacional. O Vale do Rio Dôce*. Rio de Janeiro.
- Pires do Rio, J. (1926). “O nosso problema siderúrgico”. Parecer relativo ao acto do Presidente da República [...] que mandou executar o contracto celebrado em 29 de maio de 1920 entre a União e a Itabira Iron Ore Company Limited [...]. Rio de Janeiro.
- Rady, Donald Edmund (1973). *Volta Redonda. A steel mill comes to a Brazilian coffee plantation, Industrial entrepreneurship in a developing economy*. Albuquerque, New Mexico: Rio Grande Publishing Co.
- “Revisão do contracto da Itabira Iron” (1934). “Relatório e minuta de contracto organizado pela Comissão nomeada de ordem do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisorio, pelo Exmo. Sr. Ministro da Viação, Dr. José Américo de Almeida”.
- Ribeiro da Silva, Raul (1922). “O Problema da siderurgia no Brasil e o contracto da Itabira Iron Ore Company Limited”. Rio de Janeiro.
- Santos, Antônio César (1986). “O Problema do trabalho na industrialização em Minas Gerais. O Caso da siderurgia”. Diss. de mestr. CEDEPLAR–UFMG.
- Senna, Nelson de (1924). “O Problema da Siderurgia Nacional”. Rio de Janeiro: Imp. Nacional.
- Silva, Lígia Osório (1997). “A crise política no quadriênio Bernardes. Repercussões políticas do ‘caso Itabira Iron’”. Em: *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. Org. por Helena Carvalho de Lorenzo e Wilma Peres da Costa. São Paulo: Editora da UNESP, pp. 15–35.
- Soares e Silva, Edmundo de Macedo (1972). *O Ferro na história e na economia do Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil.
- Sundquist, Björn e Christer Nordlund (dez. de 2004). “Science and Honour. The 11th International Geological Congress in Stockholm 1910”. *Episodes* 27.4, pp. 284–292.
- Triner, Gail D. (2011). *Mining and the State in Brazilian Development*. London: Pickering & Chatto.
- Wirth, John D. (1970). *The politics of Brazilian development, 1930–1954*. Stanford, California: Stanford University Press.